

**VULCABRAS AZALEIA S.A.**

C.N.P.J./M.F. 50.926.955/0001-42 - Companhia Aberta

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

**Senhores acionistas:** Apresentamos os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparando com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, da Vulcabras Azaleia S.A. em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e nº 11.638/07), Lei nº 11.941/09 e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras completas estão à disposição dos acionistas na sede e site da Companhia. Jundiaí - SP, 09 de março de 2021.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	158.552	62.164	18	3.606	Fornecedores	62.457	40.993	289	1.088
Aplicações financeiras	80.949	-	80.949	-	Financiamentos e empréstimos	127.894	3.264	-	-
Contas a receber de clientes	574.104	448.377	-	-	Impostos a recolher	11.938	8.402	97	83
Estoques	256.924	241.238	-	-	Salários e férias a pagar	30.105	41.394	-	17
Impostos a recuperar	18.330	14.723	563	631	Provisões	22.021	18.326	765	405
Imposto de renda e contribuição social	5.108	4.580	154	353	Passivo de arrendamento	8.343	7.798	-	-
Valores a receber por alienação de operação	3.440	-	-	-	Comissões a pagar	16.121	13.536	-	-
Outras contas a receber	13.478	23.150	736	1.266	Outras contas a pagar	26.296	15.484	217	132
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>1.110.885</b>	<b>794.232</b>	<b>82.420</b>	<b>5.856</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>305.175</b>	<b>149.197</b>	<b>1.368</b>	<b>1.725</b>
Aplicações financeiras	9.594	2.823	2	2	Financiamentos e empréstimos	183.735	39.789	-	-
Impostos a recuperar	6.787	7.744	1.805	1.794	Mútuos com partes relacionadas	17.632	16.930	197.763	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	1.359	330	-	-	Provisões	34.542	38.183	-	453
Depósitos judiciais	15.080	17.952	543	539	Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	2.406	2.850	-	-
Mútuos com partes relacionadas	-	-	120.602	-	Passivo de arrendamento	10.187	8.047	-	-
Valores a receber por alienação de operação	5.160	-	-	-	Impostos a pagar	-	12.265	-	-
Bens destinados à venda	194	194	-	-	Provisão para perdas com investimento	-	-	124	95
Outras contas a receber	2.702	2.902	1.537	1.589	Outras contas a pagar	183	469	-	-
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>40.876</b>	<b>31.945</b>	<b>124.489</b>	<b>3.924</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>248.685</b>	<b>118.533</b>	<b>197.887</b>	<b>548</b>
Investimentos	59.999	62.046	1.115.038	1.076.837	<b>Patrimônio Líquido</b>				
Propriedade para investimento	2.121	2.530	2.115	2.522	Capital social	1.106.717	1.106.717	1.106.717	1.106.717
Direito de uso	15.145	15.845	-	-	Reservas de reavaliação	4.670	5.532	4.670	5.532
Imobilizado	241.311	235.120	160	161	Reservas de capital	3.034	1.517	3.034	1.517
Intangível	208.917	213.440	111	111	Ajustes de avaliação patrimonial	21.114	16.281	21.114	16.281
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>527.493</b>	<b>528.981</b>	<b>1.117.424</b>	<b>1.079.631</b>	Prejuízos acumulados	(10.457)	(42.909)	(10.457)	(42.909)
	<b>568.369</b>	<b>560.926</b>	<b>1.241.913</b>	<b>1.083.555</b>	<b>Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores</b>	<b>1.125.078</b>	<b>1.087.138</b>	<b>1.125.078</b>	<b>1.087.138</b>
					Participações de Não Controladores	316	290	-	-
					<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.125.394</b>	<b>1.087.428</b>	<b>1.125.078</b>	<b>1.087.138</b>
					<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>553.860</b>	<b>267.730</b>	<b>199.255</b>	<b>2.273</b>
					<b>Total do Ativo</b>	<b>1.679.254</b>	<b>1.355.158</b>	<b>1.324.333</b>	<b>1.089.411</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO**  
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora					Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados		
	1.106.717	6.401	641	1.990	(174.587)	941.162	941.162
	-	(869)	-	12.256	(12.256)	-	-
	-	-	876	-	869	876	876
	-	-	-	2.033	-	2.033	(25)
	-	-	-	2	-	2	2
	-	-	-	-	143.065	143.065	15
	1.106.717	5.532	1.517	16.281	(42.909)	1.087.138	290
	1.106.717	5.532	1.517	16.281	(42.909)	1.087.138	290
	-	(662)	-	-	862	-	-
	-	-	1.517	-	-	1.517	1.517
	-	-	-	4.648	-	4.648	62
	-	-	-	185	-	185	-
	-	-	-	-	31.590	31.590	(36)
	1.106.717	4.670	3.034	21.114	(10.457)	1.125.078	316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>				
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial pelo encerramento de investida	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	-	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>				
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>				
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	-	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.341.725	1.557.664	1.178	13.298
Outras receitas e despesas	1.338.711	1.546.328	-	-
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	12.607	20.349	1.178	13.298
<b>Insunhos adquiridos de terceiros</b>	<b>(663.173)</b>	<b>(691.256)</b>	<b>(5.396)</b>	<b>(5.031)</b>
Matérias-primas consumidas	(347.752)	(387.077)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(100.629)	(109.490)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(214.766)	(194.655)	(5.396)	(5.031)
Perda/recuperação de valores ativos	(26)	(34)	-	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>678.552</b>	<b>866.408</b>	<b>(4.218)</b>	<b>8.267</b>
<b>Retenções</b>	<b>(75.948)</b>	<b>(80.681)</b>	<b>(408)</b>	<b>(418)</b>
Depreciação e amortização	(75.948)	(80.681)	(408)	(418)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>602.604</b>	<b>785.727</b>	<b>(4.626)</b>	<b>7.849</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>48.408</b>	<b>37.143</b>	<b>39.211</b>	<b>140.362</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(2.047)	292	33.319	135.389
Receitas financeiras	46.345	33.552	872	207
Outras	4.110	3.299	5.020	4.766
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>651.012</b>	<b>822.870</b>	<b>34.585</b>	<b>148.211</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>651.012</b>	<b>822.870</b>	<b>34.585</b>	<b>148.211</b>
<b>Pessoal</b>	<b>394.501</b>	<b>442.195</b>	<b>829</b>	<b>884</b>
Remuneração direta	265.467	302.938	-	-
Benefícios	52.118	54.627	-	-
FRTS	22.241	24.224	-	-
Comissões sobre vendas	43.698	43.693	-	-
Honorários da diretoria	10.977	10.713	829	884
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>185.562</b>	<b>215.386</b>	<b>1.399</b>	<b>3.921</b>
Federais	154.269	170.413	1.084	3.921
Estaduais	30.303	44.359	-	-
Municipais	990	614	315	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>39.395</b>	<b>22.209</b>	<b>767</b>	<b>341</b>
Juros	38.474	20.530	765	340
Aluguéis	919	1.679	-	-
Outras	2	1	-	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>31.554</b>	<b>143.080</b>	<b>31.590</b>	<b>143.065</b>
Lucros retidos	1.290	143.065	31.590	143.065
Participações dos acionistas não controladores	(36)	15	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>31.554</b>	<b>143.080</b>	<b>31.590</b>	<b>143.065</b>
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização	75.948	80.681	408	418
Provisão para perdas por valor recuperável no estoque	(91)	(11.904)	-	-
Juros sobre arrendamentos provisionados	2.835	-	-	-
Valor líquido dos itens tangíveis e intangíveis baixados	11.492	9.285	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(776)	(124)	(27)	-
Provisão para contingências	7.927	13.039	38	562
Resultado da equivalência patrimonial	2.047	(292)	(33.319)	(135.389)
Transação com pagamento baseado em ações	1.517	876	1.517	876
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	9.593	9.013	-	-
Efeito de baixa de investimentos	-	-	-	8
Ganho ou perda na rescisão de arrendamento	(61)	-	-	-
Perda na venda de controlada	7.641	-	-	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado	14.846	4.463	-	-
Impostos diferidos	(1.473)	(477)	-	-
Participação de não controladores	36	(15)	-	-
	<b>163.035</b>	<b>247.625</b>	<b>207</b>	<b>9.540</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Aplicações financeiras	-	(189)	-	-
Contas a receber de clientes	(135.741)	10.114	-	-
Estoques	(28.344)	141	-	-
Impostos a recuperar	(8.102)	2.255	256	(350)
Outras contas a receber	9.364	(9.965)	582	(1.239)
Depósitos judiciais	465	(4.618)	(4)	191
Fornecedores	19.894	(17.047)	(799)	668
Comissões a pagar	2.585	45	-	-
Impostos a pagar	-	(9.931)	-	-
Impostos e contribuições sociais	8.410	4.487	14	2.641
Salários e férias a pagar	(9.986)	4.842	(17)	-
Outras contas a pagar	11.002	(9.581)	85	(15)
Provisões realizadas	(5.432)	(9.492)	(131)	(644)
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(135.885)</b>	<b>(38.939)</b>	<b>(14)</b>	<b>1.252</b>
Juros pagos	(5.309)	(2.218)	-	-
Pagamento de juros de arrendamento	(1.760)	-	-	-
Impostos pagos sobre o lucro	(3.617)	(2.657)	-	(2.657)
	<b>(10.686)</b>	<b>(4.875)</b>	<b>-</b>	<b>(2.657)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>16.464</b>	<b>203.811</b>	<b>193</b>	<b>8.135</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisições de imobilizado	(82.305)	(115.958)	-	-
Aplicações financeiras	(86.961)	-	(80.922)	-
Recurso proveniente de alienação de controlada, líquido do caixa	(2.754)	-	-	-
Pagamento por aquisição de controlada	-	(61.627)	-	-
Recursos provenientes da alienação de imobilizado	949	946	-	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

para ocorrer no dia 31 de março de 2021, as subsidiárias assumirão, também, as operações do e-commerce e das lojas Mizuno no Brasil. A Mizuno é uma marca com presença mundial, com forte reconhecimento na categoria de *running*, com amplo portfólio de produtos de alta performance para todos os níveis de atletas. Dentro da estratégia da Vulcabras os produtos Mizuno complementarão o portfólio de produtos da Companhia, se posicionando no topo da pirâmide de preços, atingindo públicos específicos que as outras marcas não atingem. **1.1.4 Licenciamento marca Azaleia:** Em 24 de setembro de 2020, a Companhia comunicou que o Conselho de Administração aprovou, com a abstenção dos conselheiros membros do grupo controlador, o licenciamento da marca "Azaleia" pela subsidiária Vulcabras Azaleia - RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. à Grendene S.A. (parte relacionada - "Grendene"), para produção e comercialização de calçados femininos em geral no Brasil e em qualquer outro país do mundo, exceto Peru, Chile e Colômbia ("Território"), pelo prazo de 3 anos, iniciando em 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2023, podendo ser renovado por um período adicional de outros 3 anos. Com o licenciamento da marca "Azaleia", a Grendene passará a utilizar referida marca nos produtos a serem por ela produzidos e comercializados, cabendo-lhe, inclusive, a criação de designs para os mesmos. Não há e não haverá qualquer solidariedade entre a Companhia e a Grendene com relação às suas respectivas atividades e obrigações junto a quaisquer terceiros. A remuneração da Companhia pela licença de uso da marca será paga pela Grendene com base em um percentual das receitas operacionais líquidas mensais dos produtos (*royalties*) em condições equitativas de acordo com os padrões atualmente praticados pelo mercado e pela Companhia com outros licenciadores. **1.1.5 Cessão marca Dijeian:** Em 15 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a venda da marca Dijeian conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Marca e Outras Avenças, celebrado nesta data, entre sua subsidiária Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Dok Participações Societárias Ltda. *a. Contraprestação recebida:* Em contrapartida pela cessão e transferência das marcas, a Companhia receberá os seguintes valores ("Preço de aquisição"): • R\$ 1.000 à vista; • 1% da receita líquida apurada resultante da venda dos produtos ou serviços que envolvam a marca a título de *pagamento* até 15 de dezembro de 2120. **1.2 Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SF, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100	100	100	100
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	0,22	0,23	99,78	99,77	100	100
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100	100	100	100
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100	100
Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (*)	-	-	-	-	100	100
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	99,99	99,99	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. (*)	-	-	-	-	100	100
Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.	-	-	100	100	100	100
Calzados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11

**b. Dados sobre participações diretas - Controladora**

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras Azaleia Administração S.A.		Globalcyr S.A.		Total	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativo total	1.350.849	1.248.255	205.633	51.941	-	-	8.030	6.150	-	-
Passivo total	100.359	171.451	315.211	35.269	-	-	21.421	42.288	-	-
Capital social	1.363.676	1.363.676	96.045	86.045	-	-	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	693.214	790.850	100.359	71.406	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	33.312	135.431	3.850	(15.995)	-	(86)	(100)	(76)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	537.467	537.467	200	200	-	-	10	10	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	1.114.976	1.076.804	30.522	16.672	-	-	(8.028)	(6.148)	-	-
Participação societária permanente em controladas	99,99%	99,99%	0,22%	0,23%	-	-	3,96%	1,54%	-	-
Provisão para passivo para perda com investimento	1.114.971	1.076.798	67	39	-	-	-	-	1.115.038	1.076.837
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	8	(37)	-	-	(124)	(95)	(124)	(95)
<b>c. Dados sobre participações indiretas:</b> Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	33.312	135.430	8	(37)	(3)	(1)	(1)	(1)	33.319	135.389

**(i) Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.**

31/12/2020	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.		Globalcyr S.A.		Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)		Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.		Calzados Azaleia Peru S.A.		PARS Participações Ltda.				
	Ativo total	Passivo total	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	Participação no capital social	Ativo total	Passivo total	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	Participação no capital social	Ativo total	Passivo total	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	Participação no capital social	
399.239	40.634	503.549	358.605	1.755	49.790	100,00%	51.941	35.269	61.704	71.406	15.995	99,73%	17.160	12.752	20.783	26.207	16.074	44.430	17.160
123,55%	6,15%	105,6%	98,45%	100,00%	98,45%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

**(ii) Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.**

31/12/2019	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.		Distribuidora de Calçados e Artigos EsportivosCruzeiro do Sul Ltda. (*)		Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.		Calzados Azaleia Peru S.A.		PARS Participações Ltda.	
	Ativo total	Passivo total	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	Participação no capital social	Ativo total	Passivo total	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	Participação no capital social
399.239	40.634	503.549	358.605	1.755	49.790	100,00%	51.941	35.269	61.704	71.406	15.995	99,73%
123,55%	6,15%	105,6%	98,45%	100,00%	98,45%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

**(\*) Participação indireta**

31/12/2019	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.		Distribuidora de Calçados e Artigos EsportivosCruzeiro do Sul Ltda. (*)		Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.		Calzados Azaleia Peru S.A.		PARS Participações Ltda.	
	Ativo total	Passivo total	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	Participação no capital social	Ativo total	Passivo total	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	Participação no capital social
365.189	67.788	459.929	369.507	39.555	100,00%	78.790	37.661	92.404	141.129	79.038	12.538	100,00%
123,55%	6,15%	105,6%	98,45%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

**2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As empresas no exterior tem como moeda funcional o Dólar e o Peso Colombiano e foi realizada a conversão de balanços para a apresentação em real. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa - equivalência patrimonial em investidas:** determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; **• Nota explicativa - consolidação:** determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; **• Nota explicativa - prazo de arrendamento:** se a Companhia e suas controladas têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa - Contas a receber:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; **• Nota explicativa - Estoques:** reconhecimento de perdas com estoques sem movimentação; **• Nota explicativa - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e áglio,** principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Nota explicativa - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais;** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.3 Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem a requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa - propriedade para investimento;** e **• Nota explicativa - instrumentos financeiros. 2.4 Mensuração do valor justo:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos títulos de dívida a VJORA que são mensurados pelo valor justo.

**3. Principais políticas contábeis**

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **3.1 Base de consolidação: a. Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer áglio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida inclui montantes referentes ao pagamento de relações pre-existent. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado de imediato. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **b. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **c. Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **d. Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **e. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **f. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio em datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo áglio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. **3.3 Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ao cliente. Nesse contexto a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para vendas que são permitidas devoluções de mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de devoluções. **3.4 Benefícios a empregados: a. Benefícios de curto prazo à empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **b. Acordo para pagamento baseado em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidas aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **3.5 Subvenção governamental:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como deduções da receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. **3.6 Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras compreendem: **• Receita de juros;** **• Despesa de juros;** **• Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;** **• Variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros.** A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que, de forma exatante, converte o valor presente líquido estimado ao longo da vida esperada, do instrumento financeiro ao: **valor contábil bruto do ativo financeiro;** ou **ao custo amortizado do passivo financeiro.** No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.7 Impostos: a. Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: **• Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.** As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, sendo ICMS às alíquotas vigentes em cada estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto

(\*) Em março de 2020 concretizou-se a venda da controlada Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda, conforme comentado na nota explicativa 1.1.1. E em 18 de dezembro de 2020 foi aprovada a incorporação da Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. pela controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. **a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação:** **Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:** A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados esportivos. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos. **Vulcabras Azaleia SF, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.:** A Vulcabras Azaleia SF, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios esportivos. Iniciou suas atividades em 25 de julho de 2013 com sede na cidade de Juazeiro, Estado de São Paulo, sob a denominação de UA BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., sendo uma sociedade afiliada da Under Armour, Inc. tendo sido adquirida pela Vulcabras Azaleia CE em 01 de outubro de 2018. **Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.:** A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, esportivos. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará. **Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.:** A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções esportivas e botas de uso profissional. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011. **Globalcyr S.A.:** A Globalcyr S.A. iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevideu, no Uruguai, e tem como objetivo social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente encontra-se com as suas operações paralisadas. **Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:** A Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., é uma indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros. **Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:** A Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados esportivos, calçados femininos e botas para uso profissional. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia. **Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.:** A Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados femininos. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003. **Calzados Azaleia Peru S.A.:** A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999. **Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.:** A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras Azaleia S.A. em 2000.

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras Azaleia Administração S.A.		Globalcyr S.A.		Total	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativo total	1.350.849	1.248.255	205.633	51.941	-	-	8.030	6.150	-	-
Passivo total	100.359	171.451	315.211	35.269	-	-	21.421	42.288	-	-
Capital social	1.363.676	1.363.676	96.045	86.045	-	-	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	693.214	790.850	100.359	71.406	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	33.312	135.431	3.850	(15.995)	-	(86)	(100)	(76)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	537.467	537.467	200	200	-	-	10	10	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	1.114.976	1.076.804	30.522	16.672	-	-	(8.028)	(6.148)	-	-
Participação societária permanente em controladas	99,99%	99,99%	0,22%	0,23%	-	-	3,96%	1,54%	-	-
Provisão para passivo para perda com investimento	1.114.971	1								

→ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.15 Provisões:** As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro. **3.16 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(j) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento

em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **3.17 Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada como informação suplementar. **3.18 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3), com entrada em vigor em 01 de janeiro de 2020. • Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alteração ao CPC 25/IAS 37), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2022. • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2021. • Concessões de aluguel relacionados à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16), com entrada em vigor em 01 de junho de 2020. • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2022. Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2023.

### 4. Patrimônio líquido (Controladora)

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 1.106.717 (R\$ 1.106.717 em 31 de dezembro de 2019) está representado por 245.756.346 (245.756.346 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

## COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>André de Camargo Bartelle</b> 1º Vice-Presidente	<b>Pedro Bartelle</b> 2º Vice-Presidente	<b>Hector Nunez</b> Conselheiro	<b>Roberto Faldini</b> Conselheiro Independente
--	---	------------------------------------	--

## COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

<b>Marcello Joaquim Pacheco</b> Presidente do Conselho	<b>Benedito Alfredo Baddini Blanc</b> Conselheiro	<b>Célio de Melo Almada Neto</b> Conselheiro
---	--	---

## COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

<b>Wagner Dantas da Silva</b> Diretor Administrativo e de Finanças	<b>Pedro Bartelle</b> Presidente	<b>Rafael Carqueijo Gouveia</b> Diretor Superintendente	<b>Evandro Saluar Kollet</b> Diretor Corporativo de Desenvolvimento de Produto e Tecnologia
<b>Flávio de Carvalho Bento</b> Diretor Industrial	<b>Rodrigo Miceli Plazer</b> Diretor de Compras	<b>Márcio Kremer Callage</b> Diretor de Marketing	

### DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

**Wagner Dantas da Silva**

### RESPONSÁVEL TÉCNICO

**Manoel Damião da Silveira Neto**  
Contador CRC 1RJ052266/O-2 "S"-SP

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, Inciso VI do artigo 25, a Diretoria da Vulcabras S.A., revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado). Declarando que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

<b>Pedro Bartelle</b> Diretor Presidente	Jundiaí - SP, 09 de março de 2021	<b>Wagner Dantas da Silva</b> Diretor Administrativo e de Finanças e de Relações com Investidores
---	-----------------------------------	--

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25, a Diretoria da Vulcabras S.A., com base nas informações apresentadas pelos auditores sobre os resultados de auditoria e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício; declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), apresentado sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes

<b>Pedro Bartelle</b> Diretor Presidente	Jundiaí - SP, 09 de março de 2021	<b>Wagner Dantas da Silva</b> Diretor Administrativo e de Finanças e de Relações com Investidores
---	-----------------------------------	--

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Vulcabras Azaleia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de março de 2021.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes, datado de 09 de março de 2021, emitido sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

<b>Marcello Joaquim Pacheco</b> Presidente do Conselho	Jundiaí - SP, 09 de março de 2021	<b>Benedito Alfredo Baddini Blanc</b> Conselheiro	<b>Célio de Melo Almada Neto</b> Conselheiro
---	-----------------------------------	--	---

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

### Aos acionistas da Vulcabras Azaleia S.A.

Jundiaí - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras Azaleia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios

Veja a Nota 3.10, 15 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

#### Principais assuntos de auditoria

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.10, 15 e 16, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 198.214 originado na aquisição de negócios. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável do ágio. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é elaborado com base em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas são afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais não podem ser estimados com precisão. Consideramos o teste anual de valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação da confiabilidade das informações produzidas pela entidade, levantamento do fluxo e desenho dos controles internos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado ao ágio gerado em combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais, em função dos possíveis efeitos no saldo de investimentos e equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 09 de março de 2021

**Marcelo Pereira Gonçalves**  
Contador - CRC SP-220026/O-3

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC SP-014428/O-6 S-CE